

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

O ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA PERSPECTIVA DE CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS

**Sessão temática: CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS:
PENSAMENTOS E REFERÊNCIAS**

Sergio Luís Abrahão

Fiam-Faam Centro Universitário

sergio.abrahao@fiamfaam.br

O ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA PERSPECTIVA DE CARLOS NELSON FERREIRA DOS SANTOS

RESUMO

Em sua curta trajetória profissional de pouco mais de 20 anos, quase toda ela passada sob regime político ditatorial, Carlos Nelson Ferreira dos Santos ocupar-se-ia de forma sistemática e coerente em entender e apontar os princípios funcionalistas que norteavam o planejamento urbano brasileiro, a seu ver instrumento perfeito ao modelo desenvolvimentista brasileiro adotado pelo autoritarismo, como uma das principais razões pelas quais, se excluiu a participação da população mais pobre das tomadas de decisão e das intervenções sobre o espaço urbano, colocou sob constante ameaça o sentido das ruas e praças, enquanto lugar ideal para a existência da vida pública informal e permitiu que se proliferasse a existência de espaços comuns privatizados, através do surgimento de Condomínios Fechados e Shoppings Centers: uma clara redução do polo público das cidades.

De fato, o conjunto de publicações deste arquiteto antropólogo aliadas às suas práticas nas requalificações participativas, em especial, nas favelas de Brás de Pina e Morro Azul, sua atuação no Instituto Brasileiro de Administração Municipal- IBAM, suas pesquisas etnográficas, juntamente com Arno Vogel, no Bairro do Catumbi, no conjunto habitacional Selva de Pedra e no Condomínio Riviera Dei Fiori, num período de nossa história recente de redução do espaço público de participação, atestam a firme preocupação de Carlos Nelson na construção e na permanência do lugar comum urbano como determinante na relação do homem com sua comunidade.

Este trabalho pretende trazer ao debate o sentido e importância dos espaços públicos urbanos na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em um momento atual de insurgências e formas diversas de apropriações dos espaços públicos urbanos de nossas cidades.

PALAVRAS CHAVES: espaço público, planejamento urbano, projetos urbanos

ABSTRACT

In his short professional career of over just 20 years, almost of all spent under dictatorial political regime, Carlos Nelson Ferreira dos Santos would systematically and consistently try to understand and point out the functionalist principles that guided the Brazilian urban planning. To his understanding, it was the perfect instrument to the Brazilian developmentalist model adopted by authoritarianism, and one of the main reasons why it excluded the participation of the poor in decision-making and interventions in the urban space. It put under constant threat the meaning of streets and squares as an ideal place for the existence of informal public life and allowed the proliferation of the existence of common privatized spaces through the emergence of gated communities and shopping centers: a clear reduction in the public aspect of cities.

In fact, the set of publications of this anthropologist architect allied to his practices in the participatory requalification, especially in the slums of Brás de Pina and Morro Azul, his work in the Brazilian Institute of Municipal Administration - IBAM, his ethnographic research, along with Arno Vogel in Catumbi Neighborhood, in housing Selva de Pedra and Condominium Riviera Dei Fiori. All of these, during a period of our recent history of reduction in public spaces for public participation, attest the steady concern of Carlos Nelson with the construction and permanence of the urban commonplace as determining factor in man's relationship with his community.

This work aims to bring to the debate the meaning and importance of urban public spaces from the perspective of Carlos Nelson Ferreira dos Santos, in a current state of insurgencies and various forms of appropriation of urban public spaces in our cities.

KEYWORDS: public space, urban planning, urban projects

1- A rua como antídoto

Carlos Nelson Ferreira dos Santos graduou-se em 1966, na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), seis anos após a inauguração de Brasília, cidade a qual viria a tecer uma série de análises críticas, sobretudo em torno de três elementos que marcaram sua concretização: o caráter centralizador das propostas; o excessivo rigor no detalhamento dos usos do espaço e a profunda rigidez das concepções sobre o comportamento de sua população.

Esses três elementos, a seu ver, imprimiam a aquela cidade planejada uma ordem simplista de lógica linear, ideal para o centralismo e autoritarismo, por ele consideradas formas de poder *inimigas da complexidade de relações necessárias e imprescindíveis para que as cidades fossem verdadeiramente vivas* (Santos, 1980A: p.15).

Para tal constatação pautava-se pela ideia que a cidade representava o *lócus* de trocas econômicas e sociais e, nesta condição, sua existência era determinada por motivações internas provocadas por imposições e estímulos externos. Neste aspecto soava-lhe extremamente ingênuo reproduzir, a priori uma cidade com tais determinantes, descartando o princípio de espaço como *variante fenomenológica e significativa, que possuía sua própria velocidade histórica* (Santos, 1980A: p.:9).

Esse entendimento o alinhava com os aportes teóricos de Vittorio Gregotti e a Christopher Alexander, ao concordar com o primeiro que, o conjunto de representações coberto pelas categorias cidade e urbano, só fazia sentido quando articulado a fenômenos mais abrangentes, que lhes dava sentido e dos quais eram estritamente dependentes e ao concordar com o segundo, que as prescrições de como devia ser uma cidade ficavam tão mais longe do que ela seria concretamente, quanto mais inflexíveis fossem.

As reflexões de Carlos Nelson em torno de Brasília, revelam sua profunda crítica a duas formas de agir sobre as cidades: a primeira, a que trazia para a prática cotidiana um conjunto de significados a incorporar como realidade, ou seja, os planos locais e setoriais que surgiram, desta forma, entre os anos 60 a 80, projetavam no mundo uma *realidade que devia existir porque já existia construída na cabeça de quem era capaz de lê-la* (Santos, 1983:p.37). Eram, a seu ver, uma forma de agir de caráter positivista, visto que, lidavam com repertórios simbólicos, julgados preferíveis às realidades mais óbvias do presente histórico a enfrentar, ou seja, as cidades teriam de se configurar pelo código racionalista porque todos os brasileiros, não importando a enorme diferença de classes, teriam em comum uma só razão.

A segunda corrente era em sua opinião, mais idealista que positivista, constituída essencialmente de geógrafos, economistas e cientistas sociais, que se ocupavam em construir e validar teorias explicativas para as razões do crescimento e mudanças nas cidades, convergindo para um único ponto: o espaço intra-urbano. Em sua visão, esta corrente percebia o espaço através de sua materialidade e preferia investir em análises e, desta forma, exercer influências sobre as forças dinâmicas das cidades- os interesses econômicos, os conflitos sociais e a vocação coordenadora e gestora do Estado-, ao invés de apontar alternativas de intervenção concreta sobre elas.

Em síntese, Carlos Nelson identificava as posições dessas duas correntes como autoritárias e elitistas, incapazes de realizar articulações orgânicas. Como saída propunha o rompimento das separações absolutas entre sínteses e análises, dentro de um propósito mais amplo de politização e democratização do conhecimento e de suas aplicações objetivas, dito de outra forma, apregoava que os urbanistas brasileiros entendessem vez por todas que os centros urbanos são fontes inesgotáveis de ideias diariamente decodificadas, absorvidas e reelaboradas nas ruas, nas praças, nos meios de transportes, nos locais de trabalho, nas periferias, enfim, em todos os cantos.

Esta sua convicção parece refletir ou estar refletida, em sua aproximação e grande interesse pela antropologia social, que o levou a deslocar seu foco de interesse de observador de padrões e arranjos dos espaços públicos e privados, para observador das inter-relações sociais e das redes de significados, como podemos constatar no registro etnográfico que realizou com Arno Vogel no bairro do Catumbi e em suas experiências nas favelas de Brás de Pina e Morro Azul devidamente analisadas em sua dissertação de mestrado, apresentada em 1979, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a orientação de Gilberto Velho.

Os estudos etnográficos que realizou, em particular, no bairro do Catumbi, num trabalho de estudo de caso comparativo com o conjunto habitacional Selva de Pedra e no Condomínio Riviera Dei Fiori, corroboram com a importância que atribuía as ruas e praças das cidades na construção de inter-relações sociais e nas redes de significados, a seu ver imprescindíveis na forma de pensar e planejar nossas cidades.

Carlos Nelson viria a engrossar o coro do grupo de arquitetos, urbanistas e profissionais voltados às questões urbanas que, a partir dos anos 60, passaram a apontar as ruas das cidades historicamente construídas, como o principal antídoto às mazelas do planejamento progressista racionalista e dos princípios da cidade funcionalista.

Neste sentido, são exemplos emblemáticos, pela importância e alcance de suas ideias e trabalhos, as reflexões de Aldo Rossi, sintetizadas em seu livro *A arquitetura da cidade* publicado em 1966; de Jane Jacobs, sintetizadas em seu livro *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas*, publicado em 1961 e de um artigo, talvez menos divulgado mas muito relevante, de Henri Lefebvre para a Revista *L'Architecture D'Aujourd'Hui*, que foi escrito durante suas investigações com uma equipe de sociólogos, em torno dos grandes conjuntos habitacionais de Nanterre.

Em *A arquitetura da cidade* de Rossi expressa ideias que se contrapõem àquelas formuladas a partir do funcionalismo, enfatizando a cidade, marcadamente a europeia, como um bem histórico e cultural, com suas ruas, praças monumento e demais lugares construídos para e pela coletividade ao longo do tempo, portanto, produtos da condição humana e de elementos determinantes da estrutura morfológica das cidades.

A ideia central de Jacobs em *Morte e Vida das Grandes Cidades Americanas* é a de que o planejamento urbano catalise e nutra as relações funcionais de sustentação mútua e constante- tanto em termos econômicos quanto sociais- que se estabelecem nas cidades a partir de sua diversidade de usos, para que as cidades se tornem e se mantenham sempre vivas. De fato, em sua batalha contra o planejamento racionalista e descentralizador, operado por Robert Moses, na cidade de Nova Iorque a rua assume em Jacobs, o status de um dos principais protagonistas no desenvolvimento (positivo) da cidade, pelo seu papel de articuladora de uma rede de usos combinados e complexos, imprescindível para manter a diversidade e a vitalidade urbana.

Em sua análise dos grandes conjuntos habitacionais Lefebvre (1967, p.15) se opôs, assim como o fez Carlos Nelson em suas críticas e práticas, à inteligência analítica e de síntese - aqui representados por profissionais do urbanismo e da arquitetura responsáveis pela construção e difusão de tais conjuntos- por entender serem indutores da perda de sociabilidade humana e responsável pela ausência de uma vida social espontânea e orgânica. Nesta perspectiva, destaca a subtração, nos grandes conjuntos residenciais, do valor social da rua, de lugar de encontros e solicitações múltiplas, de convívio e de sociabilidade, ao privilegiarem apenas sua função de passagem.

Carlos Nelson reconheceria, através de suas experiências no Catumbi e nas favelas- Brás de Pina e Morro Azul- que a natureza das relações intersociais e redes de significados construídas nos espaços comuns dos bairros e favelas eram substancialmente diferentes. Sobre as razões dessas diferenças é o que nos ateremos a seguir.

2- As lições de Brás de Pina e Catumbi

2.1 Brás de Pina

O envolvimento de Carlos Nelson, conjuntamente com um grupo de amigos, com os moradores da favela Brás de Pina, deu-se quando ainda eram estudantes da Faculdade Nacional de Arquitetura do Rio de Janeiro. Em 1964, contribui com as lideranças da referida favela na formulação de um plano emergencial reurbanização, com vistas a convencer o então governador do Estado da Guanabara Carlos Lacerda a não prosseguir na remoção de seus moradores, que havia sido iniciada naquele ano.

Durante o governo de Carlos Lacerda foram realizados os levantamentos, diagnóstico e o desenvolvimento de um plano de urbanização, que se compôs de um estudo de viário e um estudo de divisão da terra. No governo seguinte de Negrão de Lima, iniciado em 1966, o programa de reurbanização de Brás de Pina seria levado adiante, após forte pressão de técnicos progressistas e da organização comunitária da favela.

Contratos pela Companhia de Desenvolvimento de Comunidades-CODESCO¹, para assessorá-la e executar o plano urbanístico e habitacional de Brás de Pina, Carlos Nelson e seus amigos, agora transformados no Grupo Quadra Arquitetos Associados, formularam e apresentaram, para deliberação do conjunto da população de Brás de Pina, algumas sugestões que consideravam contribuir para o fortalecimento e espelhar a organização sócio-política daquela comunidade.

Dentre essas sugestões destacava-se a implantação de uma urbanização socializante na forma de um condomínio horizontal (sem divisão de lotes); a escolha conjunta da localização dos espaços livres comuns e de serviços; e, a construção de um edifício aberto na Praça Central, com espaços indefinidos entre o público e o privado, como representação da unidade e do interesse comum dos moradores, uma espécie de *Ágora* de Brás de Pina. Foram todas desconsideradas pela população da referida favela.

Embora Carlos Nelson assumisse que tais sugestões eram demonstrações formais do democratismo, elas demonstravam um esforço em fundar e espacializar no território, espaços públicos enquanto espaços de reivindicação, de direitos e de decisão. Com efeito, a urbanização de Brás de Pina, iniciada em 1969, com duração de um ano e meio, deu-se em plena ditadura militar, período de nossa história política marcado por

¹ Como um dos órgãos executores das políticas habitacionais do Estado da Guanabara, a CODESCO foi agente financeiro do Banco Nacional da Habitação-BNH, operando com a Carteira de Operações de Natureza Social. Seus agentes paralelos eram a COHAB, que cuidava da remoção das favelas e a Fundação Leão XIII que controlava as que não estavam incluídas em nenhum programa.

uma forma de governo e dominação totalitária, baseadas na organização burocrática de massas, no terror e na ideologia (Lafer, 1993).

Dos embates e análises críticas decorrentes desta experiência participativa, Carlos Nelson constataria uma forte regressão no tocante ao sentimento de comunidade- bastante expressiva no início do movimento- e, conseqüentemente um forte aprofundamento do individualismo, a seu ver, puro reflexo daquilo que já estava implícito nas versões espaciais das fórmulas expressivas do capitalismo e nas ideologias de integração, em que o integrar era fornecer algum status de cidadania através de símbolos urbanos como acesso à infraestrutura e a propriedade de um lote (Santos, 1981A).

De fato, a urbanização realizada em Brás de Pina constituiu-se da abertura de vias e instalação de água e esgoto e da abertura de quarteirões e lotes privativos, escolhidos pelos moradores, sem a abertura dos espaços comuns sugeridos. A partir desta etapa, rascunhavam as plantas de suas casas e as discutiam com o Grupo Quadra.

2.2 Catumbi, Selva de Pedra e Riviera Dei Fiori.

A pesquisa etnográfica no Bairro do Catumbi, Rio de Janeiro, coordenada em conjunto com Arno Vogel consistiu em uma prospecção nos processos e nas categorias- casa, rua, quintal, calçada- que organizam as formas de classificar e usar os espaços coletivos, através do registro de costumes, comportamentos e reações nas interações e dramas sociais do cotidiano, com o propósito de se aprofundar o conhecimento sobre as formas de apropriação dos espaços de uso coletivo em um período em que, segundo Carlos Nelson, a grande moda urbanística era o lazer nas grandes cidades.

Essa questão colocava na ordem do dia o debate sobre o uso do espaço nas grandes cidades do país, a discussão sobre a quem pertencia o espaço, o que se podia fazer com ele e quando era mais conveniente fazê-lo (Santos, 1981B). Como questões recorrentes a investigação do que de fato se passava com os lugares especialmente desenhados para abrigar atividades de recreação, como o lazer se dava nas áreas despreparadas para isso e como o espaço era apropriado, nesses lugares, para tais fins.

Para tanto, aproximaram e analisaram os estudos etnográficos realizados no Catumbi, com outros dois realizados, respectivamente, no Conjunto Residencial Selva de Pedra e no Condomínio Riviera Dei Fiori. As áreas de pesquisa representavam três tipos de assentamentos da cidade do Rio de Janeiro pautados por princípios urbanísticos distintos.

Nesta perspectiva, a pesquisa assumiu duas trajetórias paralelas: a primeira procedeu ao levantamento do espaço, pelos grupos sociais de usuários, com o *objetivo de buscar as categorias e os princípios classificatórios no discurso dos informantes, que orientavam as diversas formas de referência e compreensão do que é urbano, o urbanístico, o arquitetônico, o público e o privado* (Santos, C.N 1981B, pg 13); a segunda cuidou da versão iconográfica e das formas de apropriação do espaço para fins privados e públicos, particulares e coletivos.

Para efeito das interpretações e análises dos levantamentos de ambas as trajetórias assumidas pela pesquisa, os coordenadores identificaram dois tipos principais de espaços que serviam para armar as representações do urbano: o construído, fechado e em maior ou menor grau privatizado (casa, lojas, fábricas, oficinas, escolas, bares) e o aberto e de uso coletivo (ruas, becos, largos, praças, jardins públicos, praias).

O Catumbi, é um bairro tradicional próximo da área central, que ganhou expressão urbana a partir do século XIX e que até o início dos anos 60 caracterizava-se como um bairro predominantemente residencial e de atividades econômicas complementares- haja visto as dificuldades de acesso provocadas pela presença dos morros em seu entorno- quando então passou a sofrer uma série de transformações que, como veremos mais adiante, deveu-se às intervenções previstas no Projeto Cidade Nova.

O Conjunto Residencial Selva de Pedra é um grande empreendimento imobiliário dos anos 70, planejado e construído com o apoio do Poder Público, em uma área de 92.000 m², remanescente da remoção da Favela da Praia do Pinto, no Leblon, que seguia os princípios modernos de planejamento, com 2.290 apartamentos distribuídos em 40 prédios sobre pilotis- para garantir maior capilaridade ao conjunto- todos voltados para uma praça central, para onde deveriam convergir as vias pedestrianizadas de circulação. A praça central não era única, existiam outras, dispostas lateralmente aos prédios das esquinas, com bancos de descanso, onde também se localizavam as bancas de jornais. Havia ainda uma área comercial concentrada em uma única quadra e em outra, uma escola.

O Condomínio Riviera Dei Fiori, também é um grande empreendimento imobiliário, construído na Barra da Tijuca, no final dos anos 70, por iniciativa exclusiva do capital privado. Seus espaços comuns eram e, provavelmente ainda são, totalmente privatizados e suas regras e práticas reificadas nos regulamentos. Para Carlos Nelson, este conjunto sinalizava para um novo modelo de desenvolvimento urbano, que fundia princípios racionalista-progressista e culturalista e apoiava-se nas alterações de códigos de valores.

O interesse de Carlos Nelson e Arno Vogel pelo Catumbi parece residir nas transformações, não sem resistências, ocorridas em um bairro historicamente consolidado desde que, sob argumentos de estagnação e com potencialidades para a expansão das atividades imobiliárias e econômicas do Centro, foi incluído, em 1966, no projeto de renovação da área do Mangue-Cidade Nova, conhecido como Projeto Cidade Nova, pela Superintendência Executiva de Projetos Especiais-SEPE. Um projeto urbano de prancheta que, segundo aqueles autores, não só não consideravam a escala e os interesses locais de Catumbi, como os anulavam.

Para a implantação do citado projeto, foi previsto uma série de desapropriações e demolições de edifícios no bairro, tanto para formar um estoque de terras que pudesse viabilizar projetos habitacionais de cooperativas, a serem financiados pelo BNH, quanto para concluir as obras do plano Rodoviário da Guanabara para ligar o túnel Santa Bárbara com as duas entradas mais importantes do Rio de Janeiro: a Ponte Rio-Niterói e a Avenida Brasil. As transformações espaciais previstas pelo Projeto Cidade Nova para o bairro do Catumbi, provocaram a rápida organização de seus moradores e foi acompanhada por fortes protestos junto da então Assembleia do Estado da Guanabara.

Este movimento social apresentava, como constatou Carlos Nelson, características próprias e bastante diferenciadas das reveladas pelo movimento social da favela e Brás de Pina, devido ao fato que as reivindicações do Movimento do Catumbi se revestiam de um caráter político, por serem oriundas de um grupo de moradores, que mesmo sob um regime totalitário, eram conscientes de sua condição cidadã. Neste caso, afirmava aquele autor, a cidadania era dada por um status territorial (pertenciam a um bairro) e por um status econômico (tinham renda para garantir alguma forma de posse de um imóvel), ambos conformados por uma representação simbólica dessas duas coisas que lhes conferia um código do que era morar no Rio de Janeiro.

Apesar da resistência da Associação dos Moradores do Catumbi o bairro teve 2/3 de sua área original destruída, até que em 1979, a Prefeitura do Rio de Janeiro iniciou gestões para mudar os planos originais e em 1980 transformou o que havia resistido às demolições, em Área de Preservação Ambiental.

De fato, a implantação do projeto Cidade Nova estava pondo em risco os sistemas de espaços, valores e atividades que articuladamente conferiam dimensão social às ruas do Catumbi e mantinham a vitalidade do bairro, como também destruindo sua ambiência e, conseqüentemente, subtraindo a memória, não apenas no sentido da profundidade do tempo, mas também como a *memória descritiva de uma totalidade espacialmente contida* (Santos C.N, 1981B, pg.47).

No desenvolvimento da pesquisa etnográfica no bairro do Catumbi constataram existir uma relação simbiótica entre o espaço interno dos imóveis com o espaço externo, o da rua, segundo os quais era controlado e apropriado pelos moradores de modo peculiar e para os mais diversos fins: local de encontro das mulheres em frente à oficina de costura, ponto de jogo do bicho, local de reunião e até mesmo de festa familiar. Enfim era no espaço das ruas que se conjugava um ambiente de trabalho- oficina de costura/bar que nos dias comuns utilizava a rua como sua extensão e vice versa- com um de lazer- reunião das mulheres, o jogo de futebol de rua, dentre outros- conferindo-lhe um significado social.

A dinâmica resultante dessa conjugação permitia-lhes argumentar não ser possível a existência prévia e estanque de um conjunto de regras a ser apostado a um conjunto de lugares. Para eles, as regras de utilização do espaço estavam permanentemente em construção e, ao fazê-lo, a sociedade estava também construindo um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes.

Nesta direção definiam a rua enquanto o lugar ideal para se opor à ideia de privacidade e de intimidade, como o suporte material da vida social, como o lugar onde se promove e se problematiza o contato com o outro, portanto, o universo de múltiplos eventos e relações. Carlos Nelson e Arno Vogel não relevavam, em absoluto, a condição da rua enquanto estruturadora de um continente e organizadora de seu conteúdo, porém criticavam fortemente a rua animada em seu uso coletivo por um único tipo de vida e morta para o resto, como as vias de circulação exclusiva aos veículos, nos moldes das vias propostas pelo planejamento racionalista daquele período. Nestes casos, diziam que a rua se apresentava como polo extremo do público, do impessoal, da formalidade jurídica.

Em síntese, Carlos Nelson e Vogel constataram que o que conferia significado social à materialidade arquitetônica-urbanística dos espaços do bairro do Catumbi era, um conjunto de sistemas inter-relacionados, constituído por um sistema de espaços- as categorias casa e rua e todas as outras categorias que lhe são homólogas, quintal, calçada, etc-, um sistema de valores- o público e o privado e todos seus possíveis matizes (formalidade ou informalidade, visibilidade ou invisibilidade)- e um sistema de atividades- o morar, o trabalhar, o lazer. As diversas conjugações possíveis entre esses sistemas implicavam, segundo eles, em diferentes contextos ou palcos, em espaço de definição do campo de pertinência de uma determinada atividade, que, em última instância, relativizavam o rigor esquemático intrínseco a cada um dos referidos sistemas.

Contrariamente, Carlos Nelson e Arno Vogel verificaram que no Conjunto Selva de Pedra os conjuntos resultantes das conjugações entre espaço e atividades, proporcionados pela diversidade tinham fronteiras fluídas, isto porque ali, a casa representava apenas o lugar das relações de substância do grupo doméstico na sua forma mais restrita e nucleada (apenas o habitar), a arquitetura das edificações não se prestava aos encontros sociáveis e a diversidade de funções primárias estava excluída do conjunto, não possibilitando, dessa maneira, que se desenrolasse nos espaços das ruas, das esquinas e das calçadas, a vida pública com suas redes de contatos e de conhecimentos.

De fato, a forma como o Conjunto Selva de Pedra foi planejada e construída- seguindo os preceitos do racionalismo arquitetônico e urbanístico em que a diversidade é vista como perdulária da forma urbana- revela existir uma clara preocupação na separação das funções e dos espaços: a cada função devendo corresponder apenas o uso que lhe era adequado, com o objetivo de estabelecer espaços unívocos, homogêneos e transparentes, ou dito de outra forma, de se evitar ambiguidades.

A tais questões, Carlos Nelson e Arno Vogel, associavam à valoração do processo de individualização (privacidade) em nossa sociedade e às transformações de usos, acompanhadas pelo incremento da violência e insegurança e pela apropriação impiedosa dos espaços das ruas e calçadas pelos veículos, que vinham tendo espaço no Leblon, como elementos que contribuíam para justificar a ausência do espírito de comunidade no Selva de Pedra.

Mesmo reconhecendo que nossas ruas não eram lugares idílicos, absolutamente seguros, insistiam que o problema não se encontrava na rua enquanto espaço físico, mas na maneira como ela era configurada socialmente. O desaparecimento da diversidade, dos muitos olhos, dos contatos personalizados era nas constatações de Carlos Nelson um dos principais responsáveis pela desfiguração das nossas ruas e pela difusão de um preconceito- como espelho dos lados perigosos e negativos de nossa sociedade, inóspitas, dentre outras- oportunisticamente apropriadas por aqueles que defendiam a necessidade de novas áreas de lazer e de adesão aos conjuntos e ou condomínios de preferência fechados e dotados de área de lazer comunitário.

Nesta perspectiva, Carlos Nelson e Arno Vogel aproximaram os registros etnográficos do Catumbi e do bairro Selva de Pedra ao Riviera dei Fiori, um empreendimento mais contemporâneo, de capital totalmente privado, por acreditarem tornar ainda mais revelador os dilemas, tão caros aos planejadores e urbanistas racionalistas, entre a tradição e a modernidade.

Nas reflexões que se seguiram ao registro etnográfico do Riviera dei Fiori, Carlos Nelson e Arno Vogel constataram que nos condomínios exclusivos, os espaços de uso público, como as ruas, praças e parques eram ali de proprietários definidos, o que transformava o que era para ser público, em privado. Tornavam-se significantes sem significado, não propiciavam nem prometiam mudanças.

A comunidade ensejada pelo condomínio era aquela atraída pelas facilidades de acesso e pela segurança controlada de suas fronteiras, de modo a tornar seus moradores diferenciados e crentes, através de uma *ideologia romântica, cheia de nostalgia pela existência pastoral idealizada* (Santos, C.N 1981A, pg22/23) de poderem resgatar os valores simples da vida: a paz, a tranquilidade, a segurança, o silêncio.

Por outro lado, argumentavam que o espaço da cidade ocupado pelos condomínios exclusivos perdia sua característica mais específica, ou seja, não tinha significado coletivo, nem possibilitava, que ali ocorresse as mais diversas apropriações. Neste aspecto, constatavam que os moradores de condomínio são pessoas que, mesmo sendo produtos típicos da cidade, faziam questão de negá-la.

A pertinência das reflexões de Carlos Nelson sobre os significados e caráter dos espaços públicos em nossas cidades se revelam bastante atuais e se faz sentir, sobretudo quando nos deparamos com o universo das práticas urbanas que refletem e são refletidas em nossas ruas, praças e avenidas.

A questão, muito presente em Carlos Nelson, da diversidade social e de usos enquanto elementos garantidores de vitalidade dos espaços públicos e da constituição do comum e de comunidade, está na pauta de discussões dos instrumentos que orientam os destinos de nossas cidades: o plano diretor da cidade de São Paulo, aprovado em 2014 incentiva, por exemplo, fachadas ativas em empreendimentos de usos residenciais com uso misto em seu térreo.

Também as ações recentes de coletivos urbanos, como A Batata Precisa de Você, que prevê ações isoladas no Largo da Batata para torna-la local de estar e não só de passagem, no Bairro de Pinheiros em São Paulo, e as insurgências que ganharam visibilidade nos espaços públicos de nossas cidades parecem corroborar com as considerações de Carlos Nelson de que as regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção e, ao fazê-lo, a sociedade constrói um conjunto de relações sociais úteis a seus intérpretes, prescindindo muitas vezes de desenho apropriado, da escala do espaço e de sua topografia.

BIBLIOGRAFIA

Abrahão, Sergio Luís. *Espaço Público: do urbano ao político*. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP, 2008;

Freire, Américo; Oliveira, Lucia (org.). *Capítulos da Memória do Urbanismo Carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002

Jacobs, Jane. *Vida e Morte das Grandes Cidades Americanas*, New York, 1961

Lafer, Celso. "Da dignidade da política: sobre Hannah Arendt". In Arendt, Hannah. *Entre o passado e o futuro*, p.08-27, 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003

Lefebvre, Henri. "Propositions", in *Urbanisme, Architecture D'Aujourd'hui*, no 132, pgs. 14 a 16, 1967

Rossi, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*, Martins Fontes, 2ª. edição, São Paulo, 2001.

Santos, Carlos Nelson F. dos, Bezerra, Jaerson Lucas, "Brasília, o paradoxo das três vocações concentradoras", com Jaerson Lucas Bezerra, in *Revista de Administração Municipal*, nº.155, pg 06 a 16, Rio de Janeiro, 1980;

Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. "Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo" in VELHO, Gilberto (org.). *O Desafio da Cidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1980A;

_____, "Como projetar de baixo para cima- uma experiência em favela", in *Revista de Administração Municipal*, nº156 pg. 06 a 27, Rio de Janeiro: 1980B;

_____, "Velhas novidades nos modos de urbanização brasileiros", in VALLADARES, Lícia (org) *Habitação em questão*, Rio de Janeiro: Zahar, 1980C;

_____, *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981A;

_____, *Quando a rua vira casa*, Rio de Janeiro, Finep, 2ª. Edição, 1981B;

_____, "Dizei-me cidade brasileira se alguma arquitetura há tão bela e tão altaneira?", in *Revista Projeto* nº 53, pg. 36 a 42 São Paulo: 1983;

_____, *A cidade como um jogo de cartas* Niterói, Eduff; São Paulo, Projeto Editores Associados, 1988;